



Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 0104-236X

anos90@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Lima de Avila, Arthur

O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History
Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 12, núm. 21-22, enero
-diciembre, 2005, pp. 369-413

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069171015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Oeste historiográfico norte-americano: a *Frontier Thesis* vs. a *New Western History*

Arthur Lima de Avila*

Resumo. Este artigo busca comparar dois projetos historiográficos antagônicos, a *frontier thesis*, de Frederick Jackson Turner (1861-1932), e a New Western History, movimento de fins da década de 80 do século XX, atentando para os diferentes “Oestes” historiográficos que construíram.

Palavras-chave: Frontier thesis. New Western History. Historiografia.

Introdução

A História do Oeste norte-americano tem sido um campo privilegiado de pesquisas nos últimos quinze anos. Após quase duas décadas de marginalização do tema, ele tem aparecido frequentemente na mídia e campo acadêmico. A revitalização da

* Mestre em História pela UFRGS. Trabalho realizado com o auxílio do CNPq.

historiografia foi causada por vários fatores, como por exemplo, a depressão econômica enfrentada pela região na década de 1980, que possuía suas razões no tipo de desenvolvimento histórico da antiga fronteira, e a tentativa de responder à própria mitificação do Oeste e a utilização de suas imagens para fins eminentemente exclusivistas e conservadores. Este novo movimento, chamado de *New Western History* (NWH), tem por principais objetivos a desmistificação do Oeste e da fronteira, a inclusão de personagens excluídos da historiografia tradicional, como negros, índios, mulheres, hispânicos e imigrantes não-anglos, e de temas também relegados ao segundo plano, como a questão ambiental, por exemplo.

Os alvos da NWH são a antiga visão turneriana sobre o Oeste e a historiografia dita crítica das décadas de 40, 50 e 60, que possuíam uma percepção essencialmente progressista e nacionalista do desenvolvimento da região e que, entre outras coisas, haviam construído modelos teóricos centrados na ação masculina e anglo-saxônica, excluindo outros importantes atores sociais. O objetivo deste trabalho é, então, fazer uma análise comparativa entre esses dois momentos historiográficos norte-americanos tendo em vista, principalmente, a questão do tipo de narrativa inerente a elas e do tipo de identidade nacional e/ou regional posta em suas páginas.

A *Western History* tornou-se uma área legítima de estudos a partir dos trabalhos de Frederick Jackson Turner (1861-1932) que, em 1893, revolucionou a academia norte-americana com a publicação do artigo *The Significance of the Frontier in American History*. O Oeste já havia, entretanto, se assentado como uma espécie de entidade mitológica na sociedade norte-americana desde os tempos coloniais. A noção de que a Fronteira era um traço definidor do caráter norte-americano já existia desde antes da Independência, mas foi nos anos posteriores à Revolução Americana (1776-1786) que o mito tomou corpo. No final do século XVIII e no início do

século XIX, o sucesso literário das aventuras do pioneiro Daniel Boone e dos *Leatherstocking Tales* de James Fenimore Cooper ajudaram a difundir todo um sistema de valores baseados na violência, no embate entre “selvagens” e “civilizados”, no individualismo extremado e na crença do Destino Manifesto. A Oeste jazia a fortuna para os bravos (Slotkin, 1973, p.3-25).¹ Além disso, o Oeste se fazia presente dentro do próprio ideário político da nação, por meio da utopia jeffersoniana de um país composto de pequenos proprietários (*yeomen farmers*), trabalhadores honestos e guardiões das virtudes republicanas. A democracia, para Thomas Jefferson, só poderia prosperar em um ambiente agrário dominado pelo homem comum – o verdadeiro americano (Smith, 1950, p.15-18). Na imaginação popular, a fronteira seria a geradora da prosperidade do país. Seu fim poderia representar a ruína das instituições. Apesar disso, o Oeste nunca havia sido um objeto da historiografia até o advento da teoria turneriana.

Para melhor entendermos a gênese da *frontier thesis*, como ficou conhecida a hipótese de Turner, devemos nos remeter a duas questões básicas: o contexto e o lugar em que foi escrita e o próprio percurso de Turner enquanto historiador. Antes de prosseguirmos, contudo, precisamos fazer algumas considerações teóricas. Não pretendemos considerar nenhuma produção historiográfica aqui mencionada como um mero fruto de seu tempo e contexto, mas sim como algo que também obedece a métodos e regras próprios da produção do conhecimento histórico. Sendo assim, nos propomos a fazer uma análise historiográfica, onde esta deve ser entendida como a relação entre um lugar social, uma prática científica e uma escrita, circunscrita às determinações estruturais, mas não reduzidas a estas (Certeau, 1981, p.32, 74). Ou seja, embora qualquer obra de História esteja inserida dentro de um contexto maior, ela também possui determinadas características que o extrapolam, como por exemplo, o tipo de narrativa que organiza os dados apresentados.

O contexto social e político

Os anos que seguiram o fim da Guerra de Secessão (1861-65) foram de incerteza para os Estados Unidos. O Sul estava destruído, com sua base econômica arrasada e mais da metade da população atirada em uma pobreza gritante. Os esforços da Reconstrução (1865-1877) foram minados pela corrupção gigantesca e pela falta de apoio da população branca, que não admitia o *status* de igualdade jurídica garantida aos negros. O resultado foi o surgimento de organizações racistas, como a Ku Klux Klan, que transformaram partes da região em verdadeiros campos de batalha raciais. O fracasso da Reconstrução foi admitido pela administração de Rutherford Hayes, que entregou, em 1877, o poder local aos sulistas, muitos deles ex-confederados e ligados à Klan (Melandri, 2000, p.13-19).

No Norte, o fim da Guerra Civil representou a vitória do nascente capitalismo industrial. Fiadores de um *laissez-faire* feroz, a nova elite aproveitava a falta de controle governamental (ou a complacência do governo) para aplicar medidas de trabalho que resultavam brutais para a classe operária, em sua maioria de origem estrangeira. A expansão das redes ferroviárias resultou em febre especulativa de proporções jamais vistas antes. O resultado foi a quebra de uma série de bancos, grandes e pequenos, e a falência de centenas de pequenas empresas. Não tendo como manter as margens de lucros avassaladoras experimentadas durante os anos anteriores com o grande número de empregados, as grandes indústrias e as companhias ferroviárias demitiram operários aos milhares, gerando os violentos conflitos laborais da década de 70, mais precisamente entre 1873-77. Após uma breve recuperação na década de 80, a economia voltaria a sofrer com as recorrentes especulações. Desta vez, o desastre seria ainda maior. As falências se contavam aos milhares, assim como os desempregados – que chegariam aos dois milhões em 1895. Os conflitos entre operários

e as classes dominantes se multiplicam e se tornam cada vez mais violentos, e o governo não hesita em reprimir violentamente o nascente movimento sindical. Para as populações das grandes cidades do Nordeste (Chicago, Nova York e Pittsburgh), em sua maioria operária, os anos 90 do século XIX foram anos de pobreza e miséria (Melandri, 2000, p.22-23).

Para além dos conflitos laborais, as décadas de 70 a 90 significaram a concentração de capital, por meio de fusões e da criação de trustes e *holdings*. Segundo Pierre Melandri (ibid., p.39), o objetivo dessas operações consistia em assegurar o monopólio de uma determinada rede, quer se trate dos exorbitantes lucros que a falta de qualquer regulamentação legal permite realizar, ou do aumento de capital derivado da nova posição.

No Oeste, contudo, é que as crises tomariam as proporções mais graves, e é da região que viriam as ameaças mais profundas ao *status quo*. Durante anos a América foi alimentada pelo ideal de Thomas Jefferson de um país de pequenos fazendeiros, prósperos e guardiões das virtudes republicanas. A grande utopia jeffersoniana era baseada em um país de base econômica agrária e com igualdade de oportunidades a todos. A adoção do *Homestead Act* em 1862² foi o verdadeiro ápice do sonho de Jefferson. A realidade, contudo, era outra. Desde os anos iniciais da colonização da área de fronteira, os fazendeiros foram os mais suscetíveis às crises. No século XIX não seria diferente. A queda dos preços agrícolas durante as crises de 1873 e da década de 90 e a multiplicação das falências dos produtores levaram a uma radicalização de suas demandas políticas. Isso se refletiu politicamente no surgimento de terceiros partidos em quase todo o Oeste durante o período. Chamados de “populistas”, esses partidos reivindicavam a herança jeffersoniana de proteção aos pequenos proprietários e se opunham à nova ordem industrial vigente no Leste. Aliados a algumas lideranças operárias, esses partidos misturam posições eminentemente conservadoras, como a limitação da imigração para não-

anglos e a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, com algumas demandas genuinamente reformistas, como por exemplo, imposto progressivo sobre os rendimentos, nacionalização dos meios de transporte e comunicação, extensão do voto secreto a todos os estados da Federação e sufrágio direto para senadores, até então escolhidos de maneira indireta. Queriam, também, que o *Homestead Act* funcionasse com mais eficiência (Melandri, 2000, p.62-65).

É nesse ambiente turbulento que se gesta a *frontier thesis* turneriana. O restante da produção de Turner foi escrito em um contexto diverso, quando os Estados Unidos, recuperados da crise de fins do século XIX, ocupavam a primeira posição mundial em produção industrial e assumiam posições cada vez mais imperialistas, começando com a intervenção em Cuba e nas Filipinas (1898), que transformaram esses países em virtuais protetorados norte-americanos, e culminando com a Era Roosevelt (1901-1909), quando as intervenções no Caribe e na América Latina tornaram-se a *praxis* da política internacional estadunidense.³ Entretanto, como veremos, seus trabalhos nunca deixaram de refletir as contingências sombrias da escrita da *frontier thesis*. Os fantasmas da crise generalizada de fins do século XIX seriam uma constante no trabalho posterior de Turner. Por isso optamos, para este trabalho, em enfatizar esse contexto negativo em detrimento dos momentos positivos posteriores, pois achamos que é ele um dos principais determinantes do tipo de narrativa encontrada na produção turneriana.

Frederick Jackson Turner: percurso

Frederick Turner era, em muitos aspectos, um retrato da América pós-Guerra Civil (1861-1865). Seu pai era um *yankee* que havia migrado em direção ao Oeste, fixando-se na pequena cidade

de Portage, Wisconsin – distante apenas 20 milhas da linha de fronteira. Dado seu caráter de entreposto comercial entre a Costa Leste e a Califórnia, Wisconsin era uma região que atraía muitos imigrantes europeus, principalmente escandinavos e alemães, e migrantes da Nova Inglaterra, além de outros típicos personagens fronteiriços, como caçadores, comerciantes de pele, foras-da-lei, *trappers*⁴ e índios aculturados. Foi nesse ambiente de diversidade cultural que o pequeno Fred, como era chamado por seus pais, cresceu (Bogue, 1998, p.3-29).

A família de Turner estava localizada na parte média do espectro social. Seu pai era editor do jornal local, *Wisconsin State Register*, e dono de uma pequena gráfica, e, embora fosse uma das principais lideranças da cidade, não era um homem rico. Isto não impediu que, aos 18 anos, Frederick Turner fosse mandado à universidade estadual, em Madison, capital do estado. É interessante notar que, no Pós-Guerra Civil, houve uma verdadeira demanda por instituições de ensino superior por parte das classes médias, o que pode ser explicado pela necessidade de se fornecer quadros técnicos capacitados para o crescente processo de industrialização dos EUA e da complexidade social daí decorrente (Hofstadter, 1968, p.76-77). No campo da História, isso se refletia numa profissionalização do que antes era feito de maneira diletante. Em 1884 foi fundada a *American Historical Association*, por iniciativa de Herbert Baxter Adams, professor da Johns Hopkins University e um dos mentores intelectuais de Turner durante o início de sua carreira, numa clara tentativa de separar a História do corpo das outras Ciências Sociais. Apesar do protesto da *American Social Science Association* (ASSA), o Congresso norte-americano aprovou, em 1889, a AHA como a entidade oficial destinada a representar os historiadores. Nascia a profissão.

Em termos intelectuais, essa profissionalização se conformava pelo abandono dos paradigmas românticos que haviam predominado na historiografia desde fins do século XVIII. Para esses

historiadores, o que importava era a recriação pedagógica do passado como lição para o presente (*historia magistra vitae*). Nas páginas de escritores como George Bancroft e Henry Adams desfilavam heróis pedagogos e seus grandes feitos, além de loas às elites aristocráticas do Leste, responsáveis pelos desígnios da nação. Havia pouca preocupação com o rigor metodológico ou com o caráter científico da História. Ela era, acima de tudo, literatura. Ainda que alguns historiadores, como Francis Parkman, houvessem demonstrado preocupação em não resumir a História aos feitos dos grandes homens, eles estavam em clara minoria.⁵ Em fins do século XIX, contudo, o paradigma romântico estava desacreditado. Era o advento da história científica. Segundo Gerson Moura, esta podia ser assim definida:

Objetiva e impessoal, desprendida de valores e apegada aos fatos e às relações externas às coisas. Fortemente influenciados pelo evolucionismo, os historiadores científicos entendiam a história como uma corrente sem fim de causas e efeitos tangíveis. Com eles, a história deixava de ser uma sequência de momentos desconexos [...], ao contrário, ela se compunha de seqüências explicáveis, cada qual ligada geneticamente à sua antecessora e sucessora, numa corrente infinita que extrai seu sentido do seu conjunto e não de um elo singular. (Moura, 1994, p.16).

Além de aplicarem as teorias evolucionistas de Charles Darwin à história, esses historiadores eram fortemente influenciados pela escola metódica alemã, representada por Leopold Von Ranke e Barthold Niebuhr. Deles extraíram um certo desdém pela dimensão literária da narrativa histórica, além da ênfase na pesquisa minuciosa em fontes primárias e no exame crítico dos testemunhos. Sua preocupação era de relatar os fatos *wie es eigentlich gewesen*. Não existia, contudo, para além da preocupação com o método e com a objetividade do relato dos fatos históricos, uma grande corrente teórica unificadora entre esses historiadores. Al-

guns, como George Osgood, Charles Andrews e Herbert Baxter Adams, enfatizavam a relativa continuidade entre as instituições britânicas e americanas. Adams ia mais longe ao atribuir à democracia norte-americana um caráter genético herdado dos teutões da velha Germânia (a chamada *germ theory*), hipótese dominante na academia em fins do século XIX. Diferenças à parte, a principal preocupação desses historiadores era o desenvolvimento institucional dos Estados Unidos temperado com um certo nacionalismo conservador (Moura, 1994, p.17-19). Por outro lado, uma parcela considerável dos “científicos” não compartilhava desses pressupostos. Para eles, o importante era estudar os Estados Unidos em seus próprios termos e em sua excepcionalidade diante dos outros países. Em Madison, o principal representante dessa corrente era William Francis Allen.

Allen foi professor de Turner nos dois primeiros anos em Madison e foi sua principal influência nos anos iniciais de sua formação. O método utilizado por Allen consistia em levar os alunos diretamente às fontes e exigir pesquisas rápidas, onde eles podiam, assim, fazer as devidas conexões entre causas e efeitos, tão prezas aos historiadores científicos. A principal diferença entre Allen e seus colegas evolucionistas era a sua ênfase nos fatores econômicos e sociais que ajudavam a moldar os acontecimentos políticos. Além disso, era defensor de uma interdisciplinaridade feroz e defendia o uso de qualquer fonte disponível para a realização do trabalho histórico. Como era de se esperar, Allen não fugia de uma análise evolucionista da sociedade. Segundo Ray Billington (1971, p.17-18):

The most important lesson learned in Allen's courses was an understanding of the historical process as one of constant growth and relationship. Societies, he taught, changed constantly, just as did biological organisms [...]. Allen saw the great break-through in man's progress [...] as steps in the evolution of society, each forcing a series of changes that altered the social structure.

Embora fosse um professor de História Medieval, Allen possuía algumas idéias bastante originais no que se refere ao desenvolvimento norte-americano. Ele atribuía um papel importante à expansão das fronteiras ocidentais norte-americanas no desenvolvimento histórico dos Estados Unidos. Ainda que não fosse tão enfático quanto Turner, nem tão nacionalista, Allen propunha uma explicação que ultrapassava as teorias meramente biológicas ou institucionais e que foi fundamental, segundo Billington (1971, p.18-19), para a gênese da *frontier thesis* turneriana. Mesmo assim, as bases do modelo turneriano só seriam organizadas durante sua estada em Baltimore, na Universidade Johns Hopkins.

Frederick Turner formou-se pela Universidade Estadual em 1884. Após um breve retorno a Portage, onde trabalhou como jornalista na publicação de seu pai, Turner foi admitido na Universidade Johns Hopkins que, nas palavras de Billington, era o “Valhalla do mundo acadêmico” (ibid., p.26). Foi lá que Turner definiu o Oeste como seu objeto de estudo, estabelecendo as premissas básicas que posteriormente norteariam suas hipóteses. Mas, além disso, foi lá que Turner entrou em contato com a elite acadêmica norte-americana e com todo o clima intelectual da época. Foi lá que ele construiu os contatos que, mais tarde em sua vida, lhe permitiram galgar os degraus da fama dentro da academia. Entre todas as pessoas com quem Turner teve contato durante seus dois anos em Baltimore, duas foram as mais importantes: Herbert Baxter Adams, então o todo-poderoso presidente da AHA, e Woodrow Wilson, futuro presidente da República.

Herbert Adams era o principal historiador norte-americano da época. Sua *germ theory* desfrutava de um prestígio acadêmico único até então (o que pode ser explicado por sua proeminência na AHA), sendo aceita como uma explicação viável para a história norte-americana. Ironicamente, Adams acabou fornecendo a Turner tanto os meios para a glória acadêmica, como as armas responsáveis pelo fim de sua prestigiosa teoria. Turner serviu como

assistente de Adams durante toda sua estadia, sendo responsável por sua substituição durante suas ausências e pela apresentação de trabalhos em seminários organizados por ele. Adams, em troca, foi responsável pela indicação de Turner a uma vaga na Universidade Estadual, em 1890. A *frontier thesis* nasceu, contudo, como uma reação às teorias de Adams:

He was in rebellion against Adam's ideas when he developed his frontier thesis. What irked him especially, he remembered, was his teacher's insistence that the evolution of every American institution from its germ in medieval Germany had already been traced, and the subject so exhausted that students were advised to turn to European history instead. (Billington, 1971, p.27).

Além da insistência apontada por Billington, outro fator fundamental foi o relativo desprezo que a elite acadêmica sentia pelo Oeste. Tanto Richard Hofstadter quanto Billington são enfáticos nesse sentido (Billington, 1971, p.29; Hofstadter, 1968, p.55). Em um momento que, como vimos, o Oeste passava por mudanças profundas, o desdém pela região era, para Turner, algo injustificável. Nesse sentido, as orientações de Woodrow Wilson foram importantes para que ele pudesse desenvolver seu modelo teórico.

Wilson era um sulista e, assim como Turner, se incomodava com a arrogância dos *new-englanders* em relação às outras regiões do país. E, também como Turner, Wilson rejeitava a *germ theory* de Adams e considerava o Oeste como um ponto fundamental para a compreensão do desenvolvimento histórico dos Estados Unidos. O futuro presidente considerava as instituições não como blocos monolíticos, mas como organismos que respondiam a determinadas condições do ambiente, alterando-se de acordo com as pressões por este apresentadas. Em uma carta, escrita durante o final de sua vida, Turner (apud Billington, 1971, p.196) dedicou as seguintes palavras a Wilson:

But all my ideas and ambitions were broadened and enriched by Woodrow Wilson's conversations, and – though less so – by his lectures, expounding politics in a larger sense, discussing the evolution of institutions and constitutions as “vehicles of life”, as expressions of society and human beings rather than as formal and dead things. It kindled my imagination. His emphasis upon the idea of growth by “breaking the cake of custom” left a deep impression upon me when I came to consider what part the West had played. Mr. Wilson didn't apply the idea to the West, but kindled my imagination by the general idea.

Com seus métodos enriquecidos pela estada em Johns Hopkins e pela consciência de que o Oeste merecia muito mais atenção do que aquela que lhe era dispensada, Turner pode, enfim, gerar sua *frontier thesis*. Em 1890, ele assumiu um posto na Universidade Estadual de Wisconsin como professor-assistente, e lá pode maturar seus estudos e pesquisas, além de, evidentemente, fazer suas divulgações. A primeira apresentação de suas idéias em público deu-se com um *paper* apresentado em um seminário para professores do estado de Wisconsin, e mais tarde publicado no *Wisconsin Journal of Education*, no ano de 1891.⁶ Embora *The Significance of History* fosse um artigo sobre a função da História e do historiador, já apresentava os pontos fundamentais do credo turneriano. O principal deles era sua crença no presentismo. O *métier* do historiador só teria um significado se respondesse aos problemas apresentados pelo presente. Também afirmava a importância do estudo das forças sociais e econômicas que moldavam os acontecimentos políticos. *The Significance of History* pode ser resumida em um dos seus parágrafos:

Each age tries to form its own conceptions of the past. Each age writes the history of the past anew with reference to the conditions uppermost in its own time. [...]. Society grows. Society is an organism. History is the biography of

society in all its departments. There is objective history and subjective history. [...]. The whole mode and manner of looking at things alters with every age, but this does not mean that the real events of a given age change; it means that our comprehension of these fact changes. (Faragher; Turner, 1998, p.18).

Num único parágrafo do texto, Turner apontava quase todos os seus pressupostos: o evolucionismo; o presentismo, uma preocupação constante em sua carreira; a importância dos fatores extrapolíticos; e, surpreendente para um “científico”, o caráter subjetivo da interpretação do historiador. *The Significance of History* não teve a mesma fama de seus escritos posteriores, mas, sem dúvida, é um legado nos deixado por um jovem historiador tentando esquematizar seus próprios raciocínios dentro de um corpo teórico coerente e, em alguns aspectos, revolucionário para o seu tempo.

O cerne do trabalho de Turner, contudo, são os quatro artigos escritos entre 1893 e 1910:⁷ *The Significance of the Frontier in American History* (1893), *The Problem of the West* (1896), *Contributions of the West to American Democracy* (1903) e *Social Forces in American History* (1910). Desses, entretanto, o mais importante é *The Significance of the Frontier in American History*, apresentado durante a World's Columbian Exposition, realizada em Chicago em comemoração aos quatrocentos anos do Descobrimento da América. Nele, Turner desenvolve as premissas básicas de seu modelo explicativo e foi com ele que alcançou notoriedade. Embora friamente recebido na exposição, o reconhecimento ao seu trabalho não tardou a chegar. Com a ajuda de Woodrow Wilson, Turner enviou manuscritos para uma série de pessoas importantes na academia e fora dela. Os elogios mais entusiasmados vieram de um certo historiador dileitante chamado Theodore Roosevelt. Ele agradeceu a Turner pela sagacidade de suas explicações e não tardou em aplicá-las em seus livros sobre a conquista do Oeste

(Faragher; Turner, 1998, p.113). Wilson publicou uma resenha positiva no informativo mensal da AHA, logo após a Exposição. A publicação, contudo, só veio em 1894, quando a revista *Atlantic Monthly* o apresentou em suas páginas. Como fogo em palha, a *frontier thesis* espalhou-se por todos os centros importantes do país e, na primeira década do século XX, já era reconhecida como a explicação mais factível para o desenvolvimento histórico norte-americano.

Em 1910, graças à fama adquirida pela sua teoria, Turner foi convidado a assumir uma cátedra em Harvard e a presidência da AHA. A partir daí, e talvez respondendo às necessidades do cargo, o ímpeto renovador de Turner diminuiu muito. Seus artigos posteriores são somente repetições de seus preceitos teóricos básicos, sem qualquer avanço. Uma hipótese provável para a petrificação da *frontier thesis* é o próprio lugar preponderante ocupado por Turner no meio acadêmico. Suas teses tornaram-se as explicações “oficiais” para a história dos Estados Unidos, sendo utilizadas tanto por estudantes primários quanto por presidentes da República,⁸ e sua própria reputação jazia na credibilidade da *frontier thesis*. Concordamos com Patricia Limerick (2001, p.149) quando ela diz que:

The Originator of the Frontier Thesis had evolved into the Defender of the Frontier Thesis, and defending would offer very little the fun and adventure that came with originating. One of the pleasures now off-limits to Turner was that of pointing out the shortsightedness and mistaken preoccupations of established authority in American history. When one *was* the established authority in one's field, the pleasures of rebellion were considerably diminished. Turner could not frankly discuss the flaws of the 1893 essay because it formed the foundation of his career, his prestige and his sense of personal achievement.

Ecoando De Certeau, podemos afirmar que o *lugar* de Turner foi fundamental para a petrificação de suas explicações. Do alto de seu posto em Harvard, Turner não poderia reconsiderar alguns pontos de suas hipóteses sem arriscar seu próprio prestígio acadêmico. Sendo assim, o Turner que escreve após 1910 é sensivelmente mais conservador e menos entusiasmado que o jovem das duas décadas anteriores. A sua principal preocupação não era mais renovar a historiografia, mas preservar seu lugar nela. Turner continuou escrevendo até a sua morte, em 1932, e quando lhe sobreveio o fim, era o historiador mais famoso dos Estados Unidos e sua *frontier thesis* era praticamente inquestionável.

Frederick Jackson Turner: produção e narrativa

A base de toda a argumentação de Turner está concentrada no seguinte parágrafo:

Up to our own day American history has been in a large degree the history of the colonization of the Great West. The existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain American development (Turner, 1996b, p.1).

Mas, para além dessa explicação simplista da História dos EUA, o ponto culminante do trabalho do autor é sua conceitualização do objeto “fronteira” (também utilizado como sinônimo de Oeste): o espaço fronteiriço seria o encontro entre a barbárie e a civilização, entre o índio selvagem e o colono europeu - em qualquer lugar do continente. A fronteira seria, antes de tudo, um processo. Ali se verificaria a repetição de todo o processo evolutivo das sociedades humanas, iniciando com aquele breve *meeting* e culminando com a instalação de um sistema político, social e econômico aos moldes daquele existente nos Estados

Unidos em fins do séc. XIX.⁹ Além disso, a fronteira seria o espaço onde se verificaria a verdadeira “americanização” do colono. Da mistura de todas as raças (brancas, diga-se de passagem) surgiria a raça americana, dando início ao famoso *melting pot*. Da peculiaridade da fronteira surgiriam as instituições do país, que se moldariam a cada sucessiva etapa da expansão ocidental. As suas rudes condições, geradoras de igualdade de oportunidades, seriam responsáveis pelo aprimoramento da democracia norte-americana. Dentro dessa visão, o fronteiriço era, acima de tudo, um amante da liberdade, um desbravador, um democrata, um empreendedor: era o homem americano por excelência. As personagens dessa epopéia eram todos homens brancos de origem anglo-saxônica. Negros, mulheres e outras minorias não se fazem presente na *frontier thesis*. O pioneiro, seja ele em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o *cowboy* do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado e adaptado às condições do país. Turner, então, construiu uma explicação essencialmente nacional para a história americana, que se opunha à *germ theory* de Adams, enfatizando o excepcionalismo dos Estados Unidos e de suas instituições:

The history of our political institutions, our democracy, is not a history of imitation, of simple borrowing; it is a history of the evolution and adaptation of organs in response to changed environment, a history of the origin of new political species. (Turner, 1996c, p.205-206).

Por ser geradora de individualismo, a fronteira seria o principal instrumento na geração de democracia interna nos Estados Unidos: “[...] the most important effect of the frontier has been in the promotion of democracy here and in Europe. [...] the frontier is productive of individualism” (Turner, 1996c, p.30). Além disso, as terras livres seriam uma espécie de “válvula de escape” para as

tensões sociais do Leste. Sempre que o ambiente social das grandes cidades orientais estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para as terras do Oeste. Dentro dessa perspectiva, a existência de terras livres era fundamental para a manutenção das instituições democráticas norte-americanas. Em 1890, entretanto, a fronteira tinha chegado ao fim. De acordo com o Censo Nacional, as terras livres estavam todas ocupadas, do Atlântico ao Pacífico. Para Turner (1996d, p.260), isso poderia significar o *vae solis* da democracia naquele país:

But the very task of dealing with vast resources, over vast areas, under the conditions of free competition furnished by the West, has produced the rise of those captains of industry whose success in consolidating economic power now raises the question as to whether democracy under such conditions can survive.

Sendo assim, ele, consoante com suas preocupações presentistas, propunha algumas saídas para essa eminente crise de *closure*:

Under the forms of the American democracy is there in reality evolving such a concentration of economic and social power in the hands of a comparatively few men as may make political democracy an appearance rather than a reality? The free lands are gone. The material forces that gave vitality to Western Democracy are passing away. It is to the realm of spirit, to the domain of ideals and legislation that we must look for Western influence upon democracy these days. (Turner, 1996d, p.261).

Seguindo essa lógica, Turner considerava vital a continuidade da expansão norte-americana:

That these energies of expansion will no longer operate would be a rash prediction; and the demands for a vigorous foreign policy, for an interoceanic canal, for a revival of our power upon the seas, and for the extension of American influence to outlying islands and adjoining countries, are indications that the movement will continue. (Turner, 1996a, p.219).

Em *The Social Forces in American History*, publicado sete anos depois do parágrafo supracitado, ele vê uma lógica natural entre a expansão ao Oeste e o novo imperialismo de Roosevelt, além de considerar os problemas da democracia norte-americana em face dos novos desafios ultramarinos:

It was, indeed, in some respects the logical outcome of the nation's march to the Pacific, the sequence of the era in which it was engaged in occupying and exploiting of the West. [...] And it was obliged to reconsider questions of the rights of man and traditional American ideals of democracy and liberty, in view of the task of government of other races politically inexperienced or undeveloped. (Turner, 1996e, p.315).

Podemos então, a partir da breve exposição acima, traçar os pontos básicos da narrativa turneriana. Ela é, acima de tudo, uma “cientificização” do Mito da Fronteira:

Many of the elements of the frontier thesis put forward by Turner already belonged to the complex of traditional ideas that accumulated around the idea of the “Frontier” since colonial times, including the concept defining national mission, a “Manifest Destiny”, and the vision of the westward settlements as a refuge from tyranny and corruption, a safety valve for metropolitan discontents, a land of golden opportunity, and an inexhaustible reservoir of natural wealth on which a future of limitless prosperity could be based. (Slotkin, 1973, p.30).

Turner, contudo, reveste o Mito com um foro de ciência que lhe havia sido negado até então. A partir de uma extensa pesquisa documental¹⁰ e de uma base teórica coerente, ele constrói a versão científica do Mito. Como afirma Richard White (1994, p.12):

Turner summoned the frontier from the dim academic backcountry, but in popular American culture it already stood squarely in the foreground. [...]. Americans had recognized for generations the cultural utility of the frontier in their politics, folklore, music, literature, art and speech. All Turner had to do was to tell Americans the SIGNIFICANCE of this familiar frontier.

Tratava-se então, de explicar a fronteira, de dar um significado àquilo que separava os Estados Unidos dos outros países. Esta é a base da narrativa turneriana: a construção, a partir de elementos já existentes na cultura popular amparados em uma pesquisa científica, de uma explicação para os Estados Unidos e de uma identidade para esse país. Se um dia todos os americanos (brancos) foram homens da fronteira, então todos possuíam a mesma experiência – todos eram iguais. Todos podiam reclamar a herança fronteiriça para si. No modelo turneriano, os Estados Unidos surgem como uma entidade una, unida pelo mesmo passado fronteiriço. A antiga colcha-de-retalhos regionais que era o país dá lugar a uma identidade única e compartilhada por todos os seus habitantes, americanos ou não. Um dos pontos mais interessantes (e instigantes) da produção de Turner é a virtual ausência de conflitos, com exceção das *Indian Wars*. A Guerra Civil é praticamente ignorada e os violentos conflitos entre capital e trabalho são desprezados pelo historiador de Portage. A expansão a Oeste se dá de maneira quase harmoniosa e é a narrativa de um povo conquistador e unido pelo sucesso desse empreendimento. O nacionalismo da *frontier thesis* é, sem dúvida, um de seus traços marcantes e um dos componentes que ajudam a explicar o seu sucesso na academia e

fora dela. Mas que tipo de identidade norte-americana surge nas páginas de Turner?

A identidade nacional implícita em Turner é a mesma que está explicitada no Mito da Fronteira: baseada nos valores da América anglo-saxônica e protestante, na rejeição ao outro (índios, negros, etc.) e na crença de uma missão divina, concedida aos americanos pela própria Providência. Além disso, a fé turneriana no agrarianismo e seu medo quanto ao fim da fronteira também são correlatos a uma das variantes do Mito, chamada por Richard Slotkin (1973, p.23) de versão “populista”:

The populist style developed in reaction to the emergence of the corporate/industrial economy and the political claims of the proprietors and managers. Its ideological premises combined the agrarian imagery of Jeffersonianism with the belief in economic individualism and mobility characteristic of pre-Civil War free labor ideology. [...]. The populist values decentralization, idealizes the small farmer-artisan-financier and asserts that the nation derives both moral and political power from its populist character.

O temor pelo fim da fronteira está enquadrado nessa valorização do agrarianismo. Se os Estados Unidos foram construídos em bases agrárias e se estas garantiram a emergência de uma democracia sólida e estável, o que aconteceria se tais condições desaparecessem? Esse tom elegíaco pela fronteira desaparecida permeia toda a narrativa turneriana, em contraponto às loas tecidas ao excepcionalismo norte-americano. Esta é a oposição interna da narrativa turneriana: de um lado, a euforia do progresso, da tomada do continente e da “americanização” das massas imigrantes; de outro, o pesar pelo fim da fronteira causado por esse mesmo progresso e o permanente medo de suas conseqüências. A solução para esse dilema, segundo Turner, é a expansão ultramarina. Mesmo que de forma indireta, como vimos, a adoção de uma política

imperialista é elogiada por Turner como sendo a maneira de se preservar as energias expansionistas que ajudaram a fomentar a democracia nos Estados Unidos. Se a fronteira continental foi fechada, outras se abrem no Pacífico e no Caribe. Faragher (1998, p.237) chama esse traço da hipótese de Turner de “elogio imperial”. Aliás, Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson e, mais tarde, John F. Kennedy utilizaram-se da *frontier thesis* para legitimar e/ou justificar as suas pretensões imperiais (Slotkin, 1981, p.29-63, 489-534).

O tempo histórico da narrativa turneriana é um tempo linear e progressista, ou seja, com um dado fim. Assim como outras escolas teóricas do século XIX, e aqui incluímos tanto o positivismo comtiano como materialismo histórico de Marx, o modelo de Turner é explicitamente evolucionista. Embora admita as pequenas diferenças entre uma região e outra dos Estados Unidos, Turner professa a fé de que todas se encaminham para o modelo de capitalismo industrial de fins do século XIX. O processo evolutivo das sociedades fronteiriças segue o mesmo padrão, não há construções sociais e temporais divergentes. A hipótese de Turner é a crença no progresso do capitalismo, para o bem ou para o mal. Se o fim do processo histórico de Marx é o comunismo libertador, o fim da evolução turneriana é o capitalismo. A *frontier thesis* é, em última instância, a narrativa do capitalismo vencedor. Não existe espaço para divergências ou para possibilidades alternativas de desenvolvimento. Ao aceitar essa premissa, Turner descartou qualquer possibilidade de inclusão dos índios (com suas diferentes concepções de tempo e de sociedade) e de outros que por ventura não venham a se enquadrar no processo histórico por ele descrito.

Os traços descritos acima ajudaram, sem dúvida, a sedimentar o sucesso da *frontier thesis*. Além disso, a orientação dada por Turner a mais de uma centena de alunos, além de sua proeminência acadêmica, também contribuiu para o seu êxito. As primeiras críticas só surgiram nos anos 30, quando a Depressão colocou em xeque o

otimismo de seu modelo. Mesmo assim, apesar do recrudescimento delas nas décadas de 40 e 50,¹¹ o modelo de Turner nunca deixou de ser utilizado ou mesmo de ser dominante na academia. Mesmo historiadores não-turnerianos, como Gerald Nash, não escondiam sua admiração por ele e evitavam criticá-lo de maneira mais acentuada. Como afirmou John Faragher (1993, p.107), há meros dez anos atrás: “[...] to this day Turner presides over Western History like a Holy Ghost”. Foi em resposta a essa onipresença turneriana que a *New Western History* surgiu.

O advento da *New Western History*

A *New Western History* está intimamente ligada ao surgimento da chamada Nova História Social da década de 70. Durante o pós-guerra, a historiografia norte-americana foi baseada no chamado “consenso historiográfico”, ou seja, na ênfase na ausência de conflitos sociais no processo histórico e no consenso geral sobre uma série de valores básicos que conformavam o caráter norte-americano (Moura, 1994, p.43-51). Nas décadas de 40, 50 e início da de 60, a existência de um inimigo comum (nazismo e, depois, o comunismo) e de uma relativa prosperidade entre os cidadãos, o consensualismo foi visto como elemento-chave para o entendimento da história norte-americana. Quando esse ambiente pacífico foi perturbado, com a emergência dos movimentos pelos direitos civis e a eclosão da Guerra do Vietnã, a história consensual se viu desacreditada pela nova geração de estudantes. É nesse ambiente turbulento que se gesta a Nova História Social.

A principal preocupação da Nova História Social era a recuperação de grupos e temas até então marginalizados pelas correntes historiográficas dominantes. Segundo Gerson Moura (1994, p.52), a Nova História Social “não apenas mudou o foco ‘elitista’ das análises históricas, como alterou profundamente as perspectivas de análise praticadas pela história progressista, que se fixavam

em abstrações ou em grandes categorias sociais indiferenciadas”. Esse novo grupo de historiadores foi gerado no ambiente turbulento dos anos 60, quando o *american dream* ruiu e a tragédia do Vietnã atingiu em cheio os lares da classe média. A luta pelos direitos civis das minorias marginalizadas, como os negros e mulheres, por exemplo, também exerceu um caráter providencial para o surgimento de novos campos de estudo dentro da disciplina histórica. Sob a influência dos marxistas britânicos, como Edward Thompson e Eric Hobsbawm, e dos *Annales*, a Nova História Social rompeu os diques do “consenso”, da “identidade nacional” e do “caráter americano”, alargando as áreas de interesse e multiplicando os campos de estudo: “os argumentos que se organizaram para fins de estudo seguiram linhas múltiplas de definição – étnicas, de geração, de gênero etc. –, assim como se multiplicavam as dimensões da vida social [...]: família, trabalho, lazer, educação, cultura e religião das grandes massas” (Moura, 1994, p.55). Tratava-se da história “vista de baixo”.

É a partir dessas preocupações gerais, compartilhadas por toda uma geração de historiadores, que se moldam os temas norteadores da *New Western History*. Outros fatores pontuais, contudo, também contribuíram para a emergência do movimento. Em primeiro lugar, está a já mencionada onipresença turneriana na área. Ao contrário de outros campos de estudo, a História do Oeste nunca havia passado por uma renovação total. A chamada “história crítica” das décadas de 50 e 60 havia avançado em alguns pontos, como a “descoberta” da fronteira no século XX e da dependência do Oeste em relação à economia do Leste, mas, no geral, ainda continuava presa a modelos narrativos essencialmente otimistas, conservadores, exclusivistas e derivados de Turner. Alguns historiadores, como Earl Pomeroy e Howard Lamar, destoaram desse *status quo* historiográfico, mas eram uma exceção à regra (Ratto, 2003, p.5-6). Isso levou a um segundo fator: a fossilização da *Western History*. Esta foi sendo lentamente abandonada pelas universidades mais proeminentes, entregue a professores

muitas vezes incapazes ou simplesmente descartada como algo sem futuro ou como mera diversão sem importância. Por mais que pesquisas sobre o Oeste continuassem existindo, seus autores procuravam desvinculá-las da área (Limerick, 1987, p.21-22; Cronon et al., 1992a, p.3-4).

Em terceiro lugar, está o recrudescimento, já na década de 80, da utilização das imagens do Oeste e do Mito da Fronteira para fins exclusivistas e conservadores. Durante a década de 70, com a tragédia do Vietnã, a *détente* entre Estados Unidos e União Soviética e a emergência de uma espécie de cultura anti-*western*, com o lançamento de filmes como *Pequeno Grande Homem* (1970) e a publicação de livros como *Enterrem meu Coração na Curva do Rio* (1973), de Dee Brown, ambos contendo críticas violentas ao Exército norte-americano e seu comportamento em relação aos índios, o Oeste mítico havia caído em descrédito. A vitória de Ronald Reagan e a retomada da Guerra Fria novamente introduziram o Mito na arena central da política. O novo presidente se apresentava como o *cowboy* disposto a botar os foras-da-lei em seus devidos lugares, recuperar a esperança da América e abrir novas fronteiras para o desenvolvimento pleno da prosperidade norte-americana. Sua campanha eleitoral e sua publicidade governamental enfatizavam seu passado como ator de filmes de *western* e utilizavam toda a sorte de imagens relacionadas ao Oeste (Slotkin, 1973, p.643-654).

O quarto e último fator importante para o surgimento da NWH foi a percepção de que, ao contrário do que imaginavam os turnerianos, o Oeste era um lugar de excessiva dependência do governo federal, graças à sua aridez, à existência de uma grande quantidade de terras sob domínio público e de um grande aparato tecnológico-militar na região. O Oeste dependia dos dólares enviados por Washington e, ao mesmo tempo, construía um discurso vitimário em relação ao Leste. A economia frágil, extremamente instável e dependente do capital privado oriental e do governo

federal, também contribuía para a construção de uma identidade regional baseada na oposição entre o Leste capitalista e explorador e o Oeste proletário e explorado. A crise econômica da década de 80 acabou sendo instrumental para recrudescimento do discurso do Oeste enquanto uma região à parte dos Estados Unidos.¹² O debate sobre o que é o Oeste e o que são os *westerners*¹³ será uma das principais discussões realizadas pela NWH.

***New Western History*: temáticas e abordagens**

As primeiras pesquisas indicando um novo caminho para a *Western History* começaram a aparecer no fim da década de 70 e início da de 80. Um dos nomes que logo se destacou foi o do nova-iorquino John Mack Faragher, com a publicação do livro *Men and Women on the Overland Trail* (1979). Nele, Faragher recupera a trajetória das famílias que atravessaram o país durante o século XIX, mas, ao contrário de Turner, ele enfatiza a presença dos não-anglos e dá um papel diferenciado às mulheres. Pela primeira vez um historiador se perguntava sobre o papel delas no processo de expansão. No mesmo ano foi publicado o trabalho de Julie Roy Jeffrey, *Frontier Women*, onde a autora também buscava desvelar a participação feminina na conquista do Oeste. Os hispânicos apareceram como objeto de estudo também em 1979, com o livro de Mario Barrera, *Race and Class in the Southwest*. Esses trabalhos tinham por finalidade a superação do modelo turneriano e a incorporação de elementos marginalizados à narrativa histórica sobre o Oeste. Apesar disso, refletindo o pouco crédito desfrutado pela *Western History*, nenhum se apresentou com tal. Eram, essencialmente, trabalhos de História Social sobre o Oeste (Dippie, 1991, p.128-129).

O primeiro trabalho de História Social que se apresentou enquanto uma obra de *Western History* foi a obra de Patricia

Limerick, *The Legacy of Conquest*, publicada em 1987. O livro, resultado de uma extensa pesquisa de cinco anos e com o caráter de síntese, é considerado o ponto de partida para a revalorização da área. Além disso, foi o primeiro sobre o “novo Oeste” a conseguir reconhecimento extra-acadêmico, suscitando toda uma sorte de críticas, favoráveis ou não. Pela sua importância, nos deteremos nele para inferir algumas das premissas básicas da NWH.

A proposta de Limerick em *The Legacy of Conquest* é a construção de um novo modelo explicativo que possa vir a substituir a velha *frontier thesis* turneriana, incorporando elementos marginalizados até então. Limerick se propõe a reconstruir a narrativa sobre o Oeste, em termos bem menos nacionalistas e glorificadores que os antigos. A pedra angular do livro é a noção de “conquista”:

The history of the West is study of a place undergoing conquest and never fully escaping its consequences. In these terms, it has distinctive features as well as features it shares with other parts of the nation and the planet. Under the Turner thesis, Western History stood alone. An exciting trend in modern scholarship leads towards comparative history. [...] Studies in comparative conquests promise to help knit the fragmented history of the planet back together. Western American history can be prime contributor to that endeavor. (Limerick, 1987, p.26).

Com o conceito de conquista em mãos, Limerick propõe um modelo explicativo que foge do velho padrão excepcionalista de Turner, permitindo uma série de comparações com outros lugares que sofreram o mesmo tipo de processo. Nessa perspectiva, a conquista do Oeste norte-americano é enquadrada dentro do contexto mais amplo de formação das economias capitalistas no século XVIII e XIX. Essa é a leitura que norteia o trabalho da autora.

A fronteira de Limerick também difere radicalmente da de Turner. Para o historiador de Wisconsin, a fronteira era, como

vimos, um processo. Para ela, essa é uma noção errônea. Ela descarta o conceito turneriano, por suas implicações nacionalistas e imperialistas, e constrói um novo paradigma para o estudo do Oeste. Este é, acima de tudo, um lugar: “deemphasize the frontier and its supposed end, conceive the West as a place and not a process, and Western American history has a new look” (Limerick, 1987, p.26-27). E, enquanto lugar, o Oeste é uma região multiétnica, com pessoas das mais diversas procedências ocupando a mesma área e dividindo a mesma história:

First, the American West was an important meeting ground, the point of where Indian America, Latin America, Anglo-America, Afro-America and Asia intersected. [...]. Second, the workings of conquest tied these diverse groups into the same story. Happily or not, minorities and majorities occupied a common ground. [...]. Race relations parallel the distribution of property, the application of labor and capital to make the property productive, and the allocation of profit. Western history has been an ongoing competition for legitimacy - for the right to claim for oneself and sometimes for one's group the status of legitimate beneficiary resources. This intersection of ethnic diversity with property allocation unifies Western history. (Limerick, 1987, p.27).

Com essa nova ênfase na diversidade étnica e no papel das disputas econômicas, Limerick constrói um modelo que inclui elementos desgarrados da narrativa tradicional, como mulheres, negros, índios e outras minorias étnicas, além de contemplar a formação do capitalismo na região, com todos os conflitos que isso implica. Os resultados desses confrontos étnicos e econômicos ainda seriam palpáveis em toda a região, como comprova a existência das reservas indígenas, de lutas judiciais pela posse da terra e pela questão da não-assimilação de uma ampla parcela da população de origem hispânica, ainda marginalizada.

Esta é a base da argumentação de Limerick e de boa parte da produção posterior da NWH, ainda que existam diferenças sensíveis entre os autores: o Oeste é um lugar multiétnico, mais do que qualquer região dos Estados Unidos; o processo de formação capitalista no Oeste é violento, excludente e, sob a forma de conquista, é abertamente imperialista; apesar de apresentar algumas características únicas, o Oeste não possui o excepcionalismo tão decantado pelo modelo turneriano e não “americaniza” necessariamente seus habitantes; pode, e deve, ser comparado com outras regiões que tenham sofrido processos parecidos. Trata-se assim de superar a narrativa defensora do progresso capitalista e reconstruir uma história que, se é mais negativa, também é mais inclusiva e próxima da realidade. Ou, nas palavras de Donald Worster (1991, p.16): “it was time for historians to call such violence and imperialism by their true names”.

O livro assume esse tom denunciatório em praticamente toda a obra. Peguemos, por exemplo, dois capítulos: *Uncertain Enterprises*, onde demonstra que o Oeste não era necessariamente a terra de oportunidades da *frontier thesis*, e *The Persistence of Natives*, onde, como o título sugere, seu foco é centrado na resistência indígena no século XX e na tentativa das populações nativas de manter suas tradições e suas terras. No primeiro, a análise de Limerick se prende às classes baixas, principalmente o proletariado mineiro que se formou na região após 1849, ano do *boom* aurífero na Califórnia. Ao contrário da historiografia tradicional, a historiadora demonstra o fracasso da maioria dos recém-chegados à região em conseguir sucesso na empreitada e os meios pelos quais as grandes companhias de mineração conseguiram o monopólio do negócio, prejudicando pequenos proprietários e instaurando um regime laboral marcado por injustiças e negligências. Descrevendo essas lutas, Limerick afirma:

The Western mining industry, like the Western timber industry, could provide situations that closely resembled the Marxist model of class struggle. To the owners, property came first. Unions and collective bargaining represented an intolerable intrusion on their right to use property on their own terms. (Limerick, 1987, p.117).

A preocupação de Limerick é mostrar que a harmoniosa narrativa de Turner e seus discípulos, onde os conflitos são escamoteados em prol de uma história pacífica, estava, mais do que errada, tomando o lado dos mais fortes. Ao construir sua *frontier thesis*, Turner silenciou as vozes divergentes, e seus seguidores não melhoraram a situação em nada (Limerick, 1987, p.131).

Em *The Persistence of Natives*, os nativo-americanos aparecem como personagens principais. Como o título sugere, Limerick argumenta que os indígenas não só não foram totalmente exterminados como as marcas da conquista à qual foram submetidos ainda estão vivas por todo o Oeste. As feridas, segundo ela, ainda não foram cicatrizadas. Um dos meios para atenuar a tragédia indígena passaria pela construção de um modelo explicativo (e aqui ela não se refere só ao Oeste, mas a toda a América) onde esses não fossem agentes passivos da história, sejam como seres selvagens ou como vítimas, mas como atores essenciais para o bom funcionamento do enredo. Os índios, de acordo com Limerick, tanto foram exterminados como souberam se adaptar às contingências da conquista. Se é verdade que muitos foram massacrados, é também verdade que muitos lucraram com a chegada do homem branco, como por exemplo, os cherokees escravocratas da Geórgia (Limerick, 1987, p.192). Mas o principal feito do capítulo é desmontar com o mito da “unidade” indígena, ou seja, a idéia de que os índios formariam um bloco monolítico em todos os aspectos. Limerick chama atenção para a ampla diversidade existente entre os nativos da América, não só cultural, mas social e econômica. Ela também introduz a idéia de um tempo não-linear, marcado

por diferentes percepções: “there is a swirl of distinctive regional, tribal, factional and personal histories, in which origins, white contact, cooperation, conflict, assimilation and resistance in these various groups defer to no chronological sequence” (Limerick, 1987, p.195). Ou seja, não adianta, segundo ela, tentar aplicar uma linearidade e uma progressividade temporal em contextos que muitas vezes desafiam esses conceitos. Cabe ao historiador, então, apropriar-se de alguns marcos analíticos que permitam estudar as diversas tribos e nações indígenas de maneira que fuja do eurocentrismo e da estereotipização racial:

First, one must remember the diversity of language, culture and economy. Anthropologists have divided America into at least twelve cultural regions, and even those are units of meaning far narrower than the diversity they attempt to embrace. [...] Second, one must keep in mind the variations of historical development. Tribes made contact with Europeans at different times and in different conditions. (Limerick, 1987, p.216).

Mas Limerick também adverte para não cairmos na tentação de ver o “lado índio” da história, pois isso também seria etnocêntrico. A complexidade com que se deu o conflito entre europeus e nativos desafia a simples tomada de lados ou o maniqueísmo.¹⁴

Esses dois exemplos servem para ilustrar o tipo de *Western History* que Patricia Limerick se propõe a fazer. Ela busca recuperar a *experiência* de uma série de homens e mulheres, de procedências diversas, que ajudaram a moldar o Oeste. Podemos comparar, ainda que de maneira simplista e sem a mesma magnitude, o trabalho de Limerick com o do historiador inglês E. P. Thompson. Assim como o marxista britânico buscou recuperar a experiência dos homens e mulheres que ajudaram a conformar a classe operária inglesa nos séculos XVII e XVIII, fugindo de determinismos

econômicos e estruturais, Limerick o faz com os *westerners*. Ela não chegar a citar Thompson explicitamente, mas é clara a influência dele em sua obra.¹⁵

The Legacy of Conquest gerou uma boa dose de publicidade para essa californiana, professora da Universidade do Colorado. Mas, se foi o mais o importante, não foi o único responsável pela renovação desse campo acadêmico. Outros pesquisadores como Brian Dippie, da Universidade de Victoria, no Canadá; Donald Worster, da Universidade do Kansas; John Mack Faragher e William Cronon, de Yale; Richard White, da Universidade de Washington (o estado) e Michael Malone, da Universidade de Montana, também estavam produzindo novos trabalhos sobre o Oeste.¹⁶ Todos possuíam em comum a inclusão, em suas pesquisas e métodos de análise, de grupos e/ou temas marginalizados pela historiografia tradicional. Foi a partir dessa convergência de temas e interesses que esses historiadores se reuniram em um simpósio na cidade de Santa Fé, Novo México, durante todo mês de setembro de 1989. Nesse ambiente de intercâmbio intelectual foi gerado o livro *Trails: Towards a New Western History*, lançado dois anos depois, como um resumo de seus principais debates. Foi nessa obra também que, pela primeira vez, os autores fizeram uso da expressão *New Western History*, como meio de se diferenciarem da velha história turneriana, além de terem explicitado as premissas do movimento. No prefácio do livro, os organizadores deixam claro a filiação da NWH à Nova História Social:

The influence of perspectives originating in the 1960s is unmistakable. The new emphasis on ethnic and racial diversity in the past not only reflects the rejection of the melting pot homogeneity, but also represents the logical extension of notions of social and cultural pluralism that first emerged in that decade. Similarly, the new emphasis on humanity's interaction with the physical environment follows on the concerns from a quarter century ago. Likewise, the explosion

of work in western women's history can be linked to feminism's insistence since the late 1960s that women be recognized as active players in all facets of society. (Limerick; Milner II; Rankin, 1991b, p. X-XI).

Ainda de acordo com o prefácio, os autores afirmam que a utilização dos métodos e abordagens da Nova História Social contribuiu para recuperar a complexidade cultural e social do Oeste. *A New Western History*, nos dizem eles, oferece uma visão mais equilibrada do passado. Esta incluiria tanto o fracasso quanto o sucesso dos atores sociais envolvidos no processo; a derrota assim como a vitória; mulheres e homens; minorias étnicas assim como anglo-saxões, entre outras perspectivas. A NWH ofereceria um Oeste mais próximo às experiências dos agentes que o geraram (Limerick; Milner II; Rankin, 1991b, p. XI-XII). Segundo Donald Worster, o resultado das novas pesquisas é uma história que: “is beyond myth, beyond the traditional consciousness of the white conquerors, beyond a primitive need for heroes and heroines, beyond any public role of justifying or legitimating what's happened” (Worster, 1991, p.16).

À guisa de manifesto, foi publicado um artigo de Patricia Limerick (1991, p.85-87) pontuando as principais características dessa nova história:

- os historiadores da NWH definem o Oeste como uma região, situada além do rio Mississipi, a partir do meridiano cem;
- eles vêem um processo ao longo da história dessa região, processo esse que afetou outras partes dos Estados Unidos assim como do planeta; rejeitam, contudo, o termo “fronteira”, por todas as suas conotações racistas e nacionalistas, e por sua falta de uma definição precisa;
- a caracterização desse processo pode se dar por meio de vários nomes: invasão, conquista, colonização, exploração e expansão do capitalismo;

- rejeitam também a noção de um “fim da fronteira”, tanto em 1890 quanto em qualquer outra data; não existe um “velho” Oeste, pré-1890, ou um “novo”, posterior a essa data; existe só um Oeste, com todas as continuidades e rupturas que isso acarreta;

- assim como outras regiões que sofreram o mesmo tipo de processo, a conquista teve um impacto fortíssimo no meio ambiente; cabe à NWH verificar as relações entre os homens e a natureza ao seu redor e desvelar os meios pelos quais o Oeste sofreu esse impacto; a natureza também é um ator importante desse processo; e

- os historiadores da NWH abandonam toda e qualquer pretensão à objetividade do *métier*, ao mesmo tempo em que tentam compreender diferentes pontos de vista, também admitem que não há nada de errado em se preocupar com os seus objetos, tanto no passado quanto no presente, e registrar essa preocupação.

Esses são os pontos com os quais, invariavelmente, todos os autores concordam. É, contudo, errado pensar na NWH como uma escola guiada por um modelo teórico único. Como bem expõe Gerald Thompson, existem diversas abordagens e pontos de vista dentro da NWH. Alguns autores, como William Cronon, privilegiam estudos voltados à natureza, enquanto outros, como Limerick e Richard White, enfatizam os estudos culturais e multiétnicos. Outros ainda, como William Robbins e Walter Nugent, partem de pressupostos econômicos para as suas análises, utilizando-se de conceitos de Marx e de Immanuel Wallerstein. Ao contrário do que acontecia à época de Turner e nas décadas de 40 e 50, estaria ocorrendo uma balcanização da *Western History* e, apesar do verbo indicar o contrário, isso seria positivo (Thompson, 1991, p.89-97).¹⁷

Apesar da vivacidade de suas páginas, *Trails* não aprofunda muito as discussões e possui, na maior parte das vezes, um caráter de revisão bibliográfica. A intenção dos autores é muito mais fornecer um primeiro contato com a NWH, apresentando um quadro

geral do movimento e se contrapondo à velha hipótese turneriana. Para uma demonstração mais profunda das investigações realizadas pelos historiadores da NWH nos remetemos ao livro *Under an Open Sky: rethinking America's Western Past*, coletânea de artigos organizada por três professores de Yale, William Cronon, George Miles e Jay Gitlin, e lançada um ano depois de *Trails*.

Em *Under an Open Sky*, podemos ter uma visão ampla dos objetos de análise da NWH. A variedade dos temas e objetos é perceptível ao longo da leitura dos artigos: aparecem desde as habituais investigações sobre relações raciais no Oeste (Sarah Deutsch) e sobre a resistência indígena (George Miles), até artigos sobre a atividade verbal na região (Patricia Limerick) e religião (D. Michael Quinn). Apesar dessa ampla variedade, a preocupação dos autores é praticamente idêntica: revelar um Oeste não contemplado pela historiografia tradicional, desmistificar a história da região e, talvez acima de tudo, procurar definir o que é ser um *westerner*. Muito mais do que em *Trails* ou em *The Legacy of Conquest*, os autores buscam a definição de uma identidade regional para o Oeste. Clyde Milner II (1993, p.204) explicita essa questão em um dos artigos com a seguinte pergunta: “what is the West and who are the westerners?”. Para respondê-la, ele propõe um método quádruplo de investigação: em primeiro lugar, a verificação da identidade regional colocada nos relatos dos habitantes da região e de suas experiências pessoais; em segundo lugar, Milner constata que a região é um local de memória compartilhada, ou seja, de determinadas experiências regionais repetidas que possuem o mesmo valor para quem as compartilha: “each memoir recounts a personal history through a set of stories that had been told many times before” (Milner II, 1993, p.213); o terceiro passo do autor é definir a região com um épico nacional - em outras palavras, o Oeste enquanto forja do nacionalismo americano: ao celebrar os feitos dos seus ancestrais os *westerners* estariam se conectando ao passado de formação da nacionalidade norte-americana; em quarto e

último lugar está a constatação de que a identidade da região é baseada na reação – é o antagonismo com os “outros” (índios, americanos do Leste, etc.) que dá a liga identitária aos seus portadores: “regional identity manifests itself as a sense of separation from other peoples and places” (ibid., p.219). Ao final do artigo, Milner (ibid., p.222) argumenta que qualquer tentativa de se buscar uma definição da identidade regional dos *westerners* deve, invariavelmente, começar em um contexto local, com os habitantes, e não nos mitos e histórias sobre a região, pois somente assim a complexidade do Oeste pode ser revelada.

No que talvez seja o artigo mais amplo na tentativa de redefinir o que é o Oeste (talvez até mais profundo que o livro de Limerick), o trio de organizadores de *Under an Open Sky* constrói um outro modelo teórico, embasado na localização de seis processos gerais da transformação de uma fronteira em uma região bem definida, às vezes contíguos e análogos, às vezes cronologicamente separados. O primeiro deles é a “mudança de espécies”: o movimento de organismos alienígenas para ecossistemas onde, até então, estes estariam ausentes, como o gado *longhorn*; o segundo é a formação do mercado, iniciando com as trocas pré-capitalistas entre comerciantes de peles e índios até a integração do Oeste ao sistema capitalista mundial; o terceiro processo fronteiriço é a apropriação da terra, também começando com o assentamento dos primeiros colonos até a chegada dos latifundiários produtores de gado e cereais; o quarto é o estabelecimento de fronteiras onde estas, até então, não existiam: “ways of defining property, ways of killing animals, ways of planting fields, ways of building houses, ways of rearing children, ways of praising God – all became symbols of those who stood on different sides of frontier boundaries” (Cronon; Gitlin, Miles, 1992, p.15); o quinto processo seria a formação dos Estados, com toda a espécie de regulamentações e limitações que isso implicava na vida dos fronteiriços; e o sexto e último é o que os autores chamam de *self-shaping*.¹⁸

“the different identities of individuals and groups blended and contested in frontier areas to produce the peculiar mixtures that eventually gave regions and sub regions their special identities” (ibid., p.18).

O que se percebe, a partir desses dois exemplos paradigmáticos, é a tentativa de chegar não só a novos modelos teóricos de explicação, mas também a uma nova identidade regional. Trata-se muito mais de se responder a seguinte pergunta: “o que é o Oeste e o que é ser um *westerner*?”, e menos de tentar inferir sobre o “espírito americano”. Trata-se de reconhecer que, ao contrário do que aparece na *frontier thesis* turneriana, o Oeste possui uma identidade complexa, e muitas vezes problemática, que não pode ser reduzida às velhas figuras tradicionais do *cowboy* ou do pioneiro anglo-saxão em suas marchas pelo continente. Ao invés de se chegar a uma identidade única a todos os seus habitantes, a NWH reconhece a existência de identidades múltiplas, e muitas vezes antagônicas entre si, e procura dar vazão às demandas dos diferentes grupos. Além disso, trata-se de reconhecer que a narrativa glorificadora do progresso e do capitalismo triunfante escamoteia o principal: que o Oeste foi um lugar conquistado de populações que estavam lá antes da chegada dos anglo-saxões (índios e hispânicos) e que o legado dessa conquista não foi necessariamente positivo. Comentando sobre o “o mito da raça condenada”, que retrata os índios como nobres selvagens fadados ao fracasso, o trio de organizadores de *Under an Open Sky* faz a seguinte afirmação: “but even the myth of the doomed race suggests the hard truth that the we America we know today was built on the bones of those who never wanted it to exist in the first place” (Cronon; Gitlin, Miles, 1992, p.26). Essa frase pode muito bem se referir não só aos indígenas, mas também aos negros, aos chineses, aos operários, às mulheres e às outras minorias que foram silenciadas pelo *status quo* WASP. Nesse sentido, a NWH assume uma postura narrativa de caráter desmistificador. A ênfase dada às minorias e

aos aspectos negativos da conquista, com toda a violência daí decorrente, vai ao encontro dessa necessidade de desvelar o que se esconde por trás dos mitos que durante muito tempo alimentaram a historiografia tradicional. Nas palavras de Elliott West (1991, p.103-112), o modelo narrativo da NWH serve para construir uma “longer, grimmer but more interesting story”:

Under the older frontier interpretation, the story shimmered with a romantic, heroic glow. [...]. The new themes, by contrast, emphasize a continuing cultural dislocation, environmental calamity, economic exploitation, and individuals who either fail outright or run themselves crazy chasing unattainable goals.

Esse é o fundamento da narrativa apresentada pelos autores da NWH. O negativismo de suas obras não é gratuito, ou mesmo um apelo ao sensacionalismo, pois faz parte de um projeto maior. Durante quase uma centena de anos a história do Oeste foi contada, com bem disse West, com uma aura romântica e positiva, ajudando a perpetuar mitos e distorções. A ênfase nos aspectos negativos da história é um dos meios para ajudar a reconstrução dessa história em moldes muito mais inclusivos e próximos do “verdadeiro” Oeste. A postura de “salvadores da pátria” assumida por esses autores pode incomodar a muitos, e de fato o fazem, mas é inegável que seu projeto combativo é, em geral, extremamente positivo.

Como era de se esperar, as posturas assumidas pela NWH dividiram o público, tanto de dentro da academia como de fora. Os primeiros ataques vieram do historiador Gerald Nash. Pertencente à geração da década de 50, que, seguindo os moldes turnerianos, desenvolveu narrativas essencialmente positivas e eurocêtricas, Nash acusou a NWH de enfatizar somente o aspecto negativo da história do Oeste e de se valer de métodos nazistas e comunistas de propaganda para divulgar as suas idéias. Nash

afirmou, ainda, que os autores da NWH eram antiamericanos, relativistas e irresponsáveis para com o trato da história.¹⁹ Outro historiador que atacou a NWH de maneira dura foi Martin Ridge, fiel escudeiro de Turner, que, de maneira um pouco mais comportada que Nash, acusou os trabalhos da NWH de terem fins puramente ideológicos, afirmando que jamais conseguiriam enterrar o fantasma de Turner (Ridge apud Faragher, 1993, p.112). Outros historiadores, como Howard Lamar, viram o surgimento da NWH de uma maneira positiva, embora não vissem nada de muito de novo em seus trabalhos (Ratto, 2003, p.4-5). O público extra-acadêmico também se dividiu quanto à NWH. Um jornalista do *Arizona Republic* reclamou que os revisionistas estavam destruindo os mitos tão queridos pela população (Limerick, 1991, p.89). Outras publicações reagiram com igual inconformismo, apelidando Limerick de “A Bruxa Malvada do Oeste”, ou simplesmente surpresos com a incorreção da *frontier thesis* (Faragher, 1993, p.106-107).

Na introdução de sua mais recente obra, Limerick conta a seguinte anedota, paradigmática quanto à reação dos leitores a NWH: uma amiga sua, dona de uma loja de livros, recebeu um cliente interessado em comprar alguma coisa relacionada à história do Oeste. Quando a mulher lhe ofereceu o livro de Limerick, *The Legacy of Conquest*, o senhor respondeu negativamente, fazendo a seguinte afirmação: “eu estou do *outro* lado dessa história” (Limerick, 1991, p.16). Não temos fontes disponíveis para julgar a reação do público norte-americano, mas é provável que muitos tenham pensado como o senhor da história acima.

Apesar das polêmicas e da ampla cobertura da imprensa, as interpretações da NWH ainda parecem ser periféricas dentro da academia. A maior parte dos autores aqui citados são de universidades importantes, mas não centrais dentro do universo acadêmico dos Estados Unidos, à exceção de Yale. Como a própria Limerick afirma, a maior parte dos cursos de *Western History* das

universidades importantes ainda seguem modelos turnerianos, ainda que modernizados. E, novamente com exceção de Yale e das universidades dos autores aqui citados, nenhuma investiu na criação de centros de pesquisa sobre a história do Oeste. Embora um grande número de professores advoguem as premissas da NWH, ou apenas concordem com algumas delas, a academia ainda parece hesitante em aceitar o movimento. Se levarmos em conta que autores anti-NWH, como Gerald Nash e Martin Ridge possuíam importantes cargos acadêmicos até pouco tempo, a conotação política dessa recusa fica ainda mais clara, pois parece existir não só um conflito interpretativo, mas também de autoridade quanto ao monopólio do que Pierre Bourdieu chamou de “poder de nomeação” (Bourdieu, 1998, p.116-117).

O fato é que nada que se refere à história do Oeste é exatamente neutro. A discussão sempre é carregada de uma carga simbólica, pois a região ainda é vista em termos míticos que possuem um eco enorme entre o americano comum. O velho agrarianismo de Jefferson, o poder simbólico evocado pelas menções à fronteira e sua vida democrática, os heróis dos filmes de *western* e da literatura popular, a imagem do *cowboy* cavalcando ao pôr-do-sol e a fé no Destino Manifesto e na excepcionalidade norte-americana ainda continuam vivas entre os americanos. Como bem demonstrou Ann Fabian (1993, p.238), as construções populares sobre o Oeste se confundem com a aquela evocada pela historiografia, ou em outras palavras, “in the West the legend continues to become fact”. É pelo fim dessa confusão que pelejam os novos historiadores.

Conclusão

Tentamos, neste trabalho, estabelecer uma comparação entre a obra de Frederick Jackson Turner e da *New Western History*, levando em conta, principalmente, a questão do tipo de identidade

construída por eles, do tipo de narrativa apresentada e seus contextos de produção. A historiografia turneriana, concluímos, é um tipo de narrativa glorificadora do capitalismo e dos valores WASP, assentada em percepções populares já existentes nos Estados Unidos à época de sua construção, possuindo, porém, ares de cientificidade. A partir desse tipo de narrativa, Turner construiu um modelo identitário para os norte-americanos baseado na expansão a Oeste, na crença em um Destino Manifesto, no excepcionalismo norte-americano e na pretensa superioridade dos valores ligados ao *status quo* anglo-saxônicos. Com essa identificação entre história e mito, a *frontier thesis* se tornou a explicação dominante sobre os Estados Unidos até a Grande Depressão, quando perdeu terreno para outros modelos teóricos. Na *Western History*, contudo, seus marcos explicativos continuaram dominantes até o surgimento da chamada *New Western History*, na década de 80.

A NWH, como vimos, foi um movimento derivado da Nova História Social e propunha a reavaliação da história do Oeste norte-americano em termos mais inclusivos e denunciatórios, incorporando minorias étnicas à suas análises e conceitos como “conquista” e “imperialismo”. Em um panorama mais amplo, a NWH tentou construir uma identidade complexa e não-redutora ao Oeste e seus habitantes, fugindo de determinismos e levando em conta a ampla diversidade das múltiplas construções identitárias lá existente. Além disso, o modelo narrativo da NWH privilegia os aspectos negativos da história do Oeste, tendo como objetivo principal a desmistificação dos antigos modelos explicativos ligados a Turner e seus discípulos. Vimos, contudo, que seu sucesso foi parcial. As discussões continuam. Pelo visto, a batalha pelo Oeste está longe de ser ganha.

North-American Historiographic West: a Frontier Thesis vs. a New Western History

Abstract. The present article seeks the comparison between two antagonistic historiographical projects, the frontier thesis put forward by Frederick Jackson Turner

(1861-1932) and the New Western History, a movement that arose in the late 1980's, observing the different historiographical "Wests" they built.

Keywords: Frontier thesis. New Western History. Historiography.

Notas

¹ Para uma excelente descrição da evolução do Mito da Fronteira até a década de 80 do século XX, ver Slotkin (1985, 1992).

² Lei que garantia a posse de 160 hectares de terra a qualquer cidadão maior de 21 anos que ali estivesse morando durante os últimos cinco anos.

³ Theodore Roosevelt era um autoproclamado historiador que, durante as décadas de 80 e 90 do século XIX, escreveu uma série de livros sobre a conquista do Oeste, onde aplicava teorias social-darwinistas e racistas à expansão norte-americana em direção ao Pacífico. Durante todo o seu governo, ele utilizou-se de elementos ligados ao Mito da Fronteira e seguidamente aparecia vestido de *cowboy* nas propagandas governamentais, e recorria às metáforas sobre a expansão em seus discursos. Roosevelt ajudou a remodelar o Mito da Fronteira para a justificação da nova ordem industrial. Uma interessante comparação sobre a fronteira nos trabalhos de Turner e Roosevelt pode ser encontrada em Slotkin (1981).

⁴ O termo não possui uma tradução específica para o português. Significa algo como, com o perdão do neologismo, "armadilheiro".

⁵ Para uma excelente descrição do cenário historiográfico norte-americano na era romântica, ver Hofstadter (1968, p. 3-43).

⁶ Para este trabalho, usamos a versão disponível em Faragher & Turner (1998, p. 11-30).

⁷ Durante toda a sua carreira, Turner só publicou um livro: *The Rise of the New West* (1909). O restante de sua produção é composto por pequenos artigos e ensaios.

⁸ Woodrow Wilson aplicou a *frontier thesis* ao seu próprio programa de governo, defendendo a necessidade "histórica" da expansão norte-americana no Caribe e no Pacífico, por meio da idéia da abertura de novas fronteiras de colonização. Turner, por sua vez, foi um defensor entusiasta dessa política. Ver Faragher & Turner (1998, p. 355-357) e Faragher (1993, p.7).

⁹ Para exemplificar tal raciocínio, Turner divide a evolução da fronteira em quatro estágios: a fronteira do comerciante de pele, do mineiro, do criador de gado e do fazendeiro. Todas elas evoluíram, ou evoluíram, de uma maneira ou outra, para o estágio industrial.

¹⁰ As principais fontes de Turner foram os censos nacionais desde 1810, além de diários e guias de viajantes.

¹¹ Para um excelente panorama bibliográfico sobre a historiografia sobre o Oeste norte-americano, turneriana ou não, até a década de 60, ver Billington (1966) e Hofstadter & Lipset (1968).

¹² Sobre o Oeste no século XX, ver Faragher & Hine (2000, p. 512-563).

¹³ Habitantes do Oeste.

¹⁴ Sobre isso, a autora (Limerick, 1987, p.217) comenta: “Indians often acted on the assumption that whites could be used to serve Indian purposes. When tribe fought tribe, with or without whites in the picture, where was the ‘Indian side’ to be found?”.

¹⁵ Veja, por exemplo, a análise que a autora faz sobre o surgimento de uma consciência de classe entre os mineiros do Colorado nas décadas de 60 e 70 do século XIX, em termos análogos aos de Thompson (Limerick, 1987, p.117-119).

¹⁶ Para uma extensa lista dos trabalhos produzidos no período, ver Dippie (1991, p. 112-139).

¹⁷ Todos os autores citados comparecem com artigos no livro, com exceção de Cronon. Ver: Limerick, Milner II & Rankin (1991, p. 26-40; 59-81; 161-82; 182-215).

¹⁸ Por ser uma definição de difícil tradução, optamos por deixá-la no original. Seria algo como “auto-moldagem”.

¹⁹ Gerald Nash afirma ainda que tal postura dos historiadores ligados à NWH é meramente ideológica e política. O que ele se esquece de dizer, entretanto, é que sua própria reação também deriva de um posicionamento político determinando, no caso, um antiesquerdismo virulento. Ver: Nash (1991, p. 276) e Faragher (1993, p. 111-112).

Referências

BILLINGTON, Ray Allen. *The frontier thesis: valid interpretation of American history?* New York: Holt, Rineheart & Winston, 1966.

_____. *The genesis of the frontier thesis; a study in historical creativity*. San Marino: Huntington, 1971.

BOGUE, Allan G. *Frederick Jackson Turner; strange roads going down*. Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

CRONON, William; GITLIN, Jay; MILES, George (Org). Becoming West. In: _____. *Under an open sky*; rethinking America's Western past. New York: W. W. Norton, 1992a.

_____. In: _____ (Org.). *Under an open sky*; rethinking America's Western past. New York: W. W. Norton, 1992b.

DIPPIE, Brian W. American Wests: historiographical perspectives. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. *Trails*; towards a new Western history. Lawrence: University of Kansas Press, 1991.

FABIAN, Ann. History for the masses. In: CRONON, William; GITLIN, Jay; MILES, George (Org). *Under an open sky*; rethinking America's Western past. New York: W. W. Norton, 1993.

FARAGHER, John Mack. The frontier trail: rethinking turner and reimagining the American West. *American Historical Review*, New York, n. 68, p.106-119, Feb. 1993.

_____. Afterword. In: FARAGHER, John Mack; TURNER, Frederick Jackson. *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven: Yale University Press, 1998.

FARAGHER, John Mack; HINE, Richard. *The American West*; a new interpretative history. New Haven: Yale University Press, 2000.

FARAGHER, John Mack; TURNER, Frederick Jackson. *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven: Yale University Press, 1998.

HOFSTADTER, Richard. *The progressive historians*; Turner, Beard and Parrington. New York: Holst, 1968.

HOFSTADTER, Richard; LIPSET, Seymour. *Turner and the Sociology of the Frontier*. New York: Vintage Books, 1968.

LIMERICK, Patricia Nelson. *The legacy of conquest*; the unbroken past of the American West. New York: W. W. Norton, 1987.

_____. What on earth is the new Western history? In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails*; toward a new Western history. Lawrence: University Press of Kansas, 1991.

_____. *Something in the Soil*. New York: W. W. Norton, 2001a.

O Oeste historiográfico norte-americano...

LIMERICK, Patricia Nelson. Turnerians all: the dream of a helpful history in an intelligible world. In: _____. *Something in the soil*. New York: W. W. Norton, 2001b.

LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails; toward a new Western history*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991a.

_____. Preface. In: _____ (Org.). *Trails; toward a new Western history*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991b. p. X-XI.

LIMERICK, Patricia Nelson; WHITE, Richard. *The frontier in American culture*. Berkeley: University of California Press, 1994.

MELANDRI, Pierre. *História dos Estados Unidos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

MILNER II, Clyde A. The view from wisdom. In: CRONON, William; GITLIN, Jay; MILES, George (Org.). *Under an open sky; rethinking America's Western past*. New York: W. W. Norton, 1993.

MOURA, Gérson. *História de uma história*. São Paulo: Edusp, 1994.

NASH, Gerald D. *Creating the West; historical interpretations (1890-1990)*. Albuquerque: University New Mexico Press, 1991.

RATTO, Silvia. El debate sobre la frontera a partir de Turner: la New Western history, los borderland y el estudio de las fronteras en Latinoamérica. *Boletín del Instituto Ravignani*, Buenos Aires, n. 24, 2003.

SLOTKIN, Richard. *Regeneration through violence; the myth of the frontier, 1600-1860*. Middletown: Wesleyan University Press, 1973.

_____. Nostalgia and progress: Theodore Roosevelt's myth of the frontier. *American Quarterly*, Philadelphia, University of Pennsylvania, n. 33, p. 609-637, Winter 1981.

_____. *The fatal environment*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.

_____. *The gunfighter nation; the myth of the frontier in Twentieth Century America*. Norman: University of Oklahoma Press, 1992.

SMITH, Henry Nash. *Virgin land; the American West as a symbol and myth*. Cambridge: Harvard University Press, 1950.

THOMPSON, Gerald. Another look at the frontier/Western historiography. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails; toward a new Western history*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991. p. 89-97.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Dover, 1996a.

_____. The significance of the frontier in American history. In: _____. *The frontier in American history*. New York: Dover, 1996b.

_____. The problem of the West. In: _____. *The frontier in American history*. New York: Dover, 1996c.

_____. Contributions to American democracy. In: _____. *The frontier in American history*. New York: Dover, 1996d.

_____. Social forces in American history. In: _____. *The frontier in American history*. New York: Dover, 1996e.

WEST, Elliott. A longer, grimmer, but more interesting story. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails; toward a new Western history*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991.

WHITE, Richard. Frederick Jackson Turner and Buffalo Bill. In: LIMERICK, Patricia Nelson; WHITE, Richard. *The frontier in American culture*. Berkeley: University of California Press, 1994.

WORSTER, Donald. Beyond the agrarian myth. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER II, Clyde A.; RANKIN, Charles E. (Org.). *Trails; toward a new Western history*. Lawrence: University Press of Kansas, 1991.

Recebido em 12/03/2005.
Aprovado em 10/07/2005.